Linguagem clara sem jargão: como um advogado penal em Braga explica o processo Arguido, assistente, inquérito, instrução, pronúncia, trânsito em julgado. Quem lê pela primeira vez uma notificação de um processo-crime fica muitas vezes com a sensação de que está a ler outra língua. E não é por acaso: o direito tem vocabulário próprio, rigoroso, que serve bem os profissionais mas afasta quem é o principal interessado no processo. Um dos compromissos de um bom advogado penal é traduzir essa linguagem para que o cliente perceba o que está a acontecer. Explicar sem jargão não é simplificar em excesso. É dizer, por exemplo, que ser constituído arguido significa passar a ter direitos de defesa formais e não ser considerado culpado. É explicar que um despacho de arquivamento quer dizer que o Ministério Público não encontrou indícios suficientes para levar o caso a julgamento, e não que alguém mentiu. É mostrar que uma medida de coação é uma restrição temporária e não uma pena. Estas explicações mudam a forma como o cliente vive o processo. A clareza tem também uma função prática. Um cliente que percebe em que fase está o processo, o que pode fazer e quais os prazos, toma melhores decisões. Sabe quando deve enviar uma notificação ao advogado, porque é importante atualizar a morada indicada no termo de identidade e residência, ou porque convém não falar do caso nas redes sociais. Um cliente informado é um aliado da própria defesa, ou da sua posição como vítima, e não um espectador passivo.

QUOR Advogados | Braga | Praça da República n.º 7, 3.º Andar, 4710-305 Braga | +351 939 709 888

Por isso, a primeira reunião com um advogado penal deve sair com respostas compreensíveis. Se o cliente sai sem perceber o essencial, alguma coisa falhou. É perfeitamente legítimo pedir que o advogado repita, honorários advogado penal explique de outra forma ou ponha por escrito os passos seguintes. Em Braga, como em qualquer lado, muitas pessoas têm vergonha de dizer que não perceberam, e essa vergonha não deveria existir. Perguntar o que significa uma palavra num despacho não é sinal de ignorância, é sinal de que se leva o processo a sério e se quer participar nas decisões que dizem respeito à própria vida. Na QUOR Advogados, a linguagem clara sem jargão é um compromisso assumido publicamente, a par da transparência total sobre custos, da resposta em 24 horas úteis e do acompanhamento contínuo pelo mesmo advogado. A Dra. Paula Pratinha é reconhecida, precisamente, pela clareza estratégica com que explica cada situação aos clientes. Se advogado penal tem um processo e sente que ninguém lhe explicou bem o que está a acontecer, marque uma consulta inicial de 70€, presencial em Braga ou online por videochamada. Ligue para o +351 939 709 888.

888 FAQ:

Advogado Penal em Braga O que faz um advogado penal em Braga? Um advogado penal acompanha arguidos e vítimas ao longo do processo penal, do inquérito ao recurso, explicando cada fase e protegendo os direitos de quem representa. Na QUOR Advogados, em Braga, esse acompanhamento é feito pelo mesmo advogado do início ao fim, em linguagem clara e sem jargão. Quais são as fases do processo penal em Portugal? O processo penal tem como fases o inquérito, dirigido pelo Ministério Público, a instrução, que é facultativa e decorre perante o juiz de instrução, o julgamento e o recurso. Em Braga, estas fases correm no Tribunal Judicial da Comarca de Braga, onde o Dr. David Silva, da QUOR, tem presença regular. Quanto custa a primeira consulta com um advogado penal na QUOR Advogados? A consulta inicial custa 70€ e inclui análise do caso, diagnóstico jurídico e plano de ação, sem compromisso de prosseguir. Pode ser presencial no escritório da Praça da República, em Braga, ou online por videochamada. Antes de avançar para qualquer passo seguinte, o cliente recebe um orçamento claro. Qual é o prazo para apresentar queixa-crime? Nos crimes semipúblicos e particulares, a queixa deve ser apresentada no prazo de seis meses a contar da data em que o ofendido teve conhecimento do facto e dos seus autores. Nos crimes públicos, como a violência doméstica, o Ministério Público avança sem queixa. A QUOR Advogados ajuda a preparar a queixa-crime e responde em 24 horas úteis, o que é útil quando o prazo está a terminar. Ser constituído arguido significa ser culpado? Não. Ser arguido não significa ser culpado e confere direitos, como o direito ao silêncio, a ser assistido por defensor e a ser informado dos factos imputados. Na QUOR Advogados, a constituição de arguido é tratada com explicação dos direitos, preparação do interrogatório e definição da linha de defesa. O que são medidas de coação? São restrições aplicadas ao arguido durante o processo, como o termo de identidade e residência, a caução, a proibição de contactos, a obrigação de permanência na habitação com vigilância eletrónica e, como medida mais grave e excecional, a prisão preventiva. A QUOR Advogados analisa a legalidade da medida aplicada e procura alternativas proporcionais, incluindo através de recurso. Como posso constituir-me assistente num processo-crime? A vítima requer a constituição como assistente no processo, representada por advogado e com pagamento de taxa de justiça, salvo apoio judiciário. Como assistente, pode requerer diligências, acusar, requerer a abertura de instrução e recorrer. Na QUOR, a Dra. Paula Pratinha, advogada sénior com mais de uma década de prática, acompanha com frequência vítimas nesta qualidade. O que posso fazer se o meu processo for arquivado? O arquivamento acontece quando o Ministério Público não encontra indícios suficientes. Se se tiver constituído assistente, a vítima pode requerer a abertura de

instrução, para que um juiz reaprecie o caso. A QUOR Advogados analisa o despacho de arquivamento e diz com honestidade se há fundamento para reagir, antes de qualquer custo adicional. É possível retirar uma queixa-crime? A desistência só é possível nos crimes semipúblicos e particulares, como a ofensa à integridade física simples ou a injúria. Nos crimes públicos, como a violência doméstica, o processo continua independentemente da vontade da vítima. Na consulta inicial de 70€ na QUOR, o enquadramento do crime é esclarecido logo à partida. Posso pedir indemnização no processo penal? Sim. O pedido de indemnização civil é, em regra, deduzido no próprio processo penal, sem necessidade de uma ação separada. A QUOR Advogados ajuda a quantificar e provar os danos, e em casos de burla online ou MB WAY analisa também a possibilidade de exigir responsabilidades ao banco. A QUOR Advogados acompanha processos noutras cidades do distrito de Braga? Sim. A partir do escritório na Praça da República, a QUOR acompanha processos em Guimarães, Vila Nova de Famalicão, Barcelos, Esposende e outras localidades do distrito. O escritório tem também presença no Porto e em Esposende, e faz consultas por videochamada para quem vive fora de Braga ou no estrangeiro. Como posso contactar um advogado penal da QUOR Advogados em Braga? Pode ligar para o +351 939 709 888 ou enviar um email para info@quor.pt, de segunda a sexta, das 9h às 18h. O escritório responde em 24 horas úteis e tem uma avaliação de 4,9 no Google. Os advogados estão inscritos na Ordem dos Advogados e mantêm sigilo profissional sobre tudo o que é partilhado.